

PRINCIPAIS PONTOS DO PROJETO QUE LEGALIZA O JOGO (PLS 186/2014)

REGRAS GERAIS

O projeto permite a exploração de jogo do bicho, jogos eletrônicos (vídeo-loteria e vídeo-bingo), jogos de cassinos em resorts e jogos on-line (incluindo apostas esportivas e jogos de bingo e de cassino).

A exploração dependerá de credenciamento prévio da empresa por órgão a ser definido pelo governo federal e de autorização dos estados e do Distrito Federal.

Para ser autorizada, a empresa deverá comprovar “capacidade técnica”, “regularidade fiscal” e “idoneidade financeira”.

Quem explorar jogos de azar sem autorização estará sujeito a pena de detenção, de três meses a um ano, e multa.

A mesma pena será aplicada à empresa que permitir o ingresso de menores de 18 anos em local onde são realizados jogos.

Quem fraudar ou controlar resultado de jogos ou pagar o prêmio em desacordo com a lei estará sujeito a pena de detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

BINGOS

As casas de bingo deverão ter capacidade mínima para 250 pessoas. Não poderão conceder crédito ou tomar empréstimos junto a instituições públicas.

Os bingos filantrópicos, realizados eventualmente, não estarão sujeitos à nova lei.

JOGO DO BICHO E VÍDEO-LOTERIA

Para explorar essas atividades, a empresa deverá ter capital mínimo de R\$ 5 milhões, integralizado em espécie.

A exploração será autorizada por tempo determinado, não especificado no projeto.

O estabelecimento poderá oferecer, de forma complementar, serviços de bar e restaurante e apresentações artísticas.

Pelo menos 60% da arrecadação bruta do jogo do bicho será destinada à premiação. No caso da vídeo-loteria, o percentual mínimo será 70%.

Será revertida em tributos para os estados e municípios, respectivamente, 7% e 3% da arrecadação bruta.

CASSINOS

Poderão explorar jogos de cartas, terminais de vídeo-loteria, roleta e outros jogos.

Para credenciar empresas exploradoras de cassinos, serão levadas em conta “a existência de patrimônio turístico a ser valorizado” e a “carência de alternativas para o desenvolvimento econômico e social da região”.

O cassino terá autorização de funcionamento por 20 anos e deverá contratar, preferencialmente, mão de obra local.

Dirigentes e funcionários dos cassinos não poderão fazer apostas.